



ACÓRDÃO Nº1607/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11998/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual do Município de Manaus
- 3- **Órgão:** Gabinete do Vice-Prefeito
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Sr. Marcos Sergio Rotta e o Sr. Manoel Francisco Ribeiro de Almeida
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4650/2023-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Gabinete do Vice-Prefeito do Município de Manaus. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Gabinete do Vice-Prefeito do Município de Manaus**, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do **Sr. Marcos Sergio Rotta**, responsável pela Prefeitura, Vice Prefeito, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Gabinete do Vice-Prefeito do Município de Manaus**, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do **Sr. Manoel Francisco Ribeiro de Almeida**, Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002



ACÓRDÃO Nº1607/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

– RITCE/AM;

10.3. Dar quitação ao Sr. Marcos Sergio Rotta, Vice Prefeito, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE;

10.4. Dar quitação ao Sr. Manoel Francisco Ribeiro de Almeida, Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE;

10.5. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do art. 188, do RITCE, evite a ocorrência das impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.5.1. falta de lançamento de contrato no Portal E-contas e Portal da Transparência. O Relatório de Auditoria de Gestão nº 012/2022-CGM indica a existência de 01 contrato (001/2021), porém este não foi lançado no Portal E-contas e no Portal da Transparência;

10.5.2. falta de manifestação do Setor de Controle Interno da Unidade Gestora na concessão de adiantamentos. Não se constatou a manifestação do Setor de Controle Interno do Gabinete do Vice-Prefeito no Processo de Adiantamento (SIGED nº 2021.12000.12200.0.010068), acerca do exame da regularidade da solicitação de adiantamento e da aplicação dos recursos;

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 1 de Agosto de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.



ACÓRDÃO Nº1607/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral